

POR QUE OCUPAMOS? UMA INTRODUÇÃO À LUTA DOS SEM-TETO

WHY WE OCCUPY? AN INTRODUCTION TO HOMELESS' FIGHT

Guilherme BOULOS (autor)¹

Claudio Rodrigues da SILVA²

A proposta do livro é responder a indagações acerca das atividades dos sem-teto, dentre elas, ocupações e manifestações. A intenção é contribuir para o entendimento dos motivos que impulsionam milhares de famílias ao engajamento na luta por um *pedaço de chão*. O material principal que embasa as análises do autor é sua participação na luta dos sem-teto. O livro está estruturado em cinco capítulos, além da introdução e de três anexos.

No capítulo 1, denominado *O problema da moradia no Brasil*, o autor aponta que dentre os vários problemas sociais existentes no Brasil, a falta de moradia é um dos mais sérios, estando o país entre os que têm o maior déficit habitacional do mundo. Traz à tona a questão da desigualdade social, uma vez que o Estado deveria garantir a todas as pessoas as mesmas condições e serviços, independentemente da região ou do bairro onde moram, porém, isso não ocorre. Quem mais sofre os impactos negativos das profundas desigualdades sociais são os trabalhadores mais pobres, que moram nas regiões periféricas, nos bairros mais pobres das cidades.

Boulos chama a atenção para o equívoco implicado no argumento comum de que faltam casas no Brasil, pois há uma quase equivalência entre o número de imóveis ociosos e o número de famílias sem-teto. Assim, em tese, não seria necessária a construção de um número exorbitante de imóveis para resolver o problema do déficit habitacional. A principal causa desse déficit é a especulação imobiliária, já que há um grande número de casas vazias e de terrenos sem construção, mantidos nessas condições para fins de especulação e obtenção de lucros. Há, assim, um impasse entre o direito à propriedade de uns poucos e o direito à moradia de milhões de pessoas.

Por lei, todo cidadão tem direito à moradia digna, o que também não ocorre. Considerar moradia enquanto direito implica concebê-la a partir dos critérios da

¹ BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci, 2014. 100 p. Guilherme Castro Boulos é professor, graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo e especialista em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É militante orgânico do MTST, membro da Coordenação Nacional do Movimento e atua na construção da Frente de Resistência Urbana.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. Marília, São Paulo, Brasil. e-mail: silvanegrao@gmail.com.

necessidade e do valor de uso, em contraponto à concepção mercadológica, pautada pelo valor de troca, com vistas à lucratividade. Transformar direito em mercadoria beneficia apenas uma ínfima minoria, os mais ricos, e prejudica uma ampla maioria, os mais pobres.

Ao longo da história do Brasil, segundo Boulos, foram executados apenas dois programas habitacionais relevantes, quais sejam, o Banco Nacional de Habitação (BNH), durante a ditadura militar, e o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), a partir do governo Lula. O BNH, que tinha como objetivo primeiro a obtenção de lucro, e não a garantia do direito à moradia, financiou casas para a classe média, e não para os trabalhadores de menores faixas de renda. Após a falência do BNH, em 1986, houve um lapso de 20 anos sem uma política habitacional relevante, até ser implementado o MCMV, em 2009, durante o governo Lula.

O MCMV teve como objetivo principal salvar o capital imobiliário. Esse Programa prioriza famílias com renda maior que três salários mínimos, excluindo a maior parte das famílias sem-teto que mais precisam e que menos condições têm de atenderem às exigências do mercado imobiliário. Além disso, aprofundou a lógica da moradia enquanto uma mercadoria lucrativa, reiterando o princípio de que as pessoas mais pobres devem morar em condições precárias e em regiões mais periféricas. A ruptura com essa lógica demandaria transformações profundas na lógica da cidade.

No capítulo 2, intitulado *Que cidade é essa?* o autor coloca em tela a questão do planejamento urbano, do desenvolvimento caótico e das desigualdades sociais. O caos das grandes metrópoles ou das grandes cidades não é decorrência do acaso, mas, sim, de uma lógica que visa ao atendimento dos interesses de uma minoria, em detrimento dos interesses e necessidades da maioria. Boulos destaca a lógica e a tática de se expulsar e empurrar os trabalhadores mais pobres para as regiões mais periféricas. Comumente, são vendidos – a preços exorbitantes – terrenos desprovidos de serviços básicos, como, por exemplo, água encanada, rede de esgoto, luz elétrica, transporte coletivo. Entre bairros mais periféricos e bairros mais centrais e valorizados, os especuladores mantêm grandes áreas vazias, sem loteá-las, com vistas a aguardar sua valorização financeira e, assim, conseguirem maior lucratividade com o loteamento ou negociação dessas áreas.

O autor ressalta que a especulação imobiliária foi intensificada com o aval e com a participação do Estado, levando as periferias cada vez para mais longe. Os donos de grandes extensões de terras e de grandes construtoras nunca foram tão poderosos quanto na atualidade. Exemplo disso é a alta valorização dos imóveis, inclusive nas periferias, o que tende a expulsar os trabalhadores mais pobres para regiões cada vez mais periféricas, já que a valorização dos imóveis resulta no aumento dos aluguéis desproporcionalmente aos reajustes dos salários. As cidades são um grande negócio para os capitalistas. Parte significativa das áreas urbanas vazias é propriedade das empresas imobiliárias. Para que a situação chegasse à atual configuração foi necessária a aliança entre esse setor e o Estado

brasileiro. Essa aliança é histórica no Brasil, envolvendo troca de favores, especialmente financiamento de campanhas eleitorais. O Estado é fundamental não só para dar dinheiro público para as empreiteiras, mas também para construir infraestrutura nas áreas destinadas à especulação, para realizar despejos ou remoções das comunidades, e promover alterações na legislação, entre outras ações. Com o aval do Estado, construtoras e empreiteiras moldam as cidades conforme seus interesses, em especial no que se refere à lucratividade.

A consequência desse processo é um modelo de cidade marcado por profundas desigualdades e opressões, o que o autor denomina *A Cidade do Capital*, que tem por característica principal a segregação, como se numa mesma cidade existissem duas, a dos ricos e a dos pobres, cada vez mais separadas. Exemplo disso são os muros que separam os condomínios fechados, cada vez mais comuns em cidades brasileiras. As regiões mais pobres costumam ser marcadas pela inexistência, insuficiência ou precariedade dos equipamentos e serviços públicos, enquanto nas regiões mais ricas ocorre o inverso. O único serviço estatal eficiente nas periferias são os aparelhos repressivos, principalmente a polícia, quando se trata de oprimir, humilhar ou exterminar trabalhadores.

No capítulo 3, *As ocupações urbanas*, Boulos aponta que apesar dos problemas que envolvem a questão da moradia no Brasil e a privatização das cidades, as ocupações de terrenos e prédios ociosos ou vazios ainda são vistas de maneira negativa, inclusive por setores de trabalhadores, que se manifestam contrários a ocupações. A visão contrária por parte de trabalhadores em relação às ocupações é decorrência principalmente da atuação da mídia – majoritariamente controlada pelos grandes empresários –, que criminaliza as ocupações levadas a termo por movimentos sociais.

Para se entender a raiz do problema da falta de moradia, conforme o autor, faz-se necessário recorrer à história da formação social do Brasil, desde as Capitânias Hereditárias, quando grandes extensões de terras foram divididas entre aristocratas da época, e transmitidas sucessivamente por herança. A formação das cidades também passou por processo semelhante. As terras foram repassadas entre famílias mais poderosas, que recorriam à grilagem para roubar terras públicas, configurando-se a invasão originária; os invasores são os grandes proprietários. Assim, quando sem-teto ou sem-terra ocupam grandes áreas vazias estão apenas retomando o que lhes pertence.

O autor aponta que a legislação é feita conforme determinados interesses que tendem a beneficiar os próprios legisladores, as respectivas frações de classes sociais ou as empresas que os financiam. Nem sempre legalidade implica legitimidade, assim como nem sempre ilegalidade implica ilegitimidade. Exemplo disso é quando se trata da função social da propriedade, constante na Constituição Federal, que prevê que toda propriedade tem que ter algum uso que resulte em benefício para a sociedade. Deixar terras ociosas implica ilegalidade, o que deveria resultar em sanções por parte do Estado,

mas que não acontece, dadas as imbricações entre o Estado e as classes dominantes. Quando trabalhadores ocupam uma propriedade que não cumpre função social não estão cometendo um crime, mas, sim, exercendo um direito.

Conforme Boulos, a transformação da moradia em mercadoria faz com que muitas pessoas não tenham acesso a esse direito. Dado o alto preço de mercado dos imóveis, a maior parte dos trabalhadores não consegue comprar uma casa dentro das condições impostas pelo mercado imobiliário. Os programas habitacionais, como, por exemplo, o MCMV, não contempla os trabalhadores mais pobres. Devido aos altos aluguéis, uma escolha dramática é imposta aos trabalhadores: ou pagar o aluguel ou comprar comida. Diante disso, a alternativa que resta é a ocupação.

No capítulo 4, *Quem são os sem-teto?*, o autor argumenta que a visão que predomina na sociedade é a de que sem-teto são aquelas pessoas em situação de rua ou de mendicância ou no limiar da miséria. Porém, essas pessoas são uma pequena parcela dos sem-teto no Brasil, que contabiliza cerca de 22 milhões de pessoas que não têm casa e aproximadamente 48 milhões que vivem sem infraestrutura e serviços públicos elementares em suas moradias. Ou seja, mais de 1/3 das populações brasileiras sofre, em alguma medida, o impacto do problema da moradia. Portanto, sem-teto, no Brasil, não é exceção, nem uma questão residual.

No capítulo 5, *Organização coletiva e poder popular*, Boulos diz que ao se realizar uma ocupação há, para além de uma casa, outras conquistas, como, por exemplo, o caráter autoeducativo da participação e da vivência nas ocupações e em outras atividades coletivas dos trabalhadores. O autor aponta que o discurso dominante apresenta as ocupações como causa do caos urbano ou da favelização, argumento que coloca como imperativos o despejo de ocupações já existentes e a repressão a novas ocupações. Esse argumento transforma vítimas em vilões, pois as ocupações são produtos da inexistência de alternativas, em termos de moradia, para os trabalhadores. Estado e grandes proprietários de terras são parceiros e responsáveis solidários neste processo, que é diretamente vinculado à especulação imobiliária. As ocupações são respostas à lógica da cidade do capital e nem toda ocupação resulta em favela. Aliás, há casos de ocupação cuja lógica de organização traz lições que contribuem para um novo modelo de utilização do solo urbano, em contraponto ao modelo do capital. Boulos defende uma Reforma Urbana que seja levada a termo pelos próprios trabalhadores organizados, para que ocorra a apropriação do espaço urbano em conformidade com os interesses coletivos.

O modelo do capital, segundo o autor, transforma tudo em mercadoria, inclusive o espaço de vida; transforma também os trabalhadores em consumidores passivos. É um modelo de sociedade em que a pessoa vale conforme sua capacidade e sua disposição de pagar pelas mercadorias. O trabalhador considerado modelo para o capital é aquele que se resigna e aceita passivamente as condições que lhe são impostas. Na perspectiva

dominante impera a lógica do individualismo e da responsabilização dos trabalhadores, inclusive pela falta de moradia. Ou seja, os problemas sociais são apresentados como se fossem questões individuais. As ocupações organizadas pelos trabalhadores rompem com a lógica dominante, pois leva à constituição de ações coletivas, à cooperação e à solidariedade entre os participantes, gerando valiosas experiências educativas. Além de contribuir para a saída da condição de individualismo e de passividade política, típica do modelo de democracia burguesa, as ocupações podem resultar na formação de novos militantes para as lutas dos trabalhadores, bem como para avanços no processo de entendimento da possibilidade e da necessidade da luta para que os trabalhadores possam interferir nos processos e instâncias que decidem os rumos da sociedade.

No Anexo 1, *Pinheirinho – O Estado a serviço da especulação*, o autor retoma sucintamente alguns aspectos do caso Pinheirinho, apontando a expulsão dos moradores como decorrência do processo de crescimento do mercado imobiliário. O conluio entre Estado, por intermédio de seus governantes e gestores, e grandes empresários do ramo imobiliário foi determinante para o violento processo de expulsão dos moradores desse bairro, e a atuação do Estado foi fundamental para isso. O Estado massacra os trabalhadores, defende os ricos e premia os carrascos, como, por exemplo, os que executaram a expulsão dos moradores do Pinheirinho.

No Anexo 2, *Vila Nova Palestina e a explosão de ocupações em São Paulo*, Boulos aborda a onda de ocupações ocorrida em São Paulo e outras capitais brasileiras a partir de 2013, quando trabalhadores organizados ocuparam, com seus barracos, terrenos abandonados utilizados para fins de especulação imobiliária. Essa massa de milhares de trabalhadores é resultado do processo de especulação e de valorização imobiliárias. Portanto, os sem-teto não surgem do nada, mas são resultado do processo de mercantilização da moradia. A posição do MTST e da Resistência Urbana é no sentido de estimular a construção de lutas e ocupações.

No anexo 3, *MTST: um contraponto popular ao consenso lulista*, o autor apresenta argumentos com vistas a confrontar teoricamente o atual projeto hegemônico de sociedade. Faz uma análise das políticas econômica e habitacional dos governos Lula e Dilma, em especial no que se refere ao MCMV, que atendeu parcialmente uma demanda por moradia fortemente represada. Contraditoriamente, o pesado investimento do governo para alavancar o setor da construção civil gerou uma valorização inédita dos imóveis nos grandes centros urbanos brasileiros, o que impacta no preço dos imóveis, tanto para fins de compra e venda, quanto para fins de aluguel. Os aluguéis passaram a comprometer um significativo percentual da renda, comprometendo esse praticamente intolerável para muitas famílias de trabalhadores. Boulos destaca os desafios para se conseguir organizar os trabalhadores na luta para enfrentamento ao Estado e ao capital, pois amplos setores de trabalhadores não se reconhecem, por exemplo, na condição de sem-teto e, não raramente, posicionam-se contra os movimentos sociais, em especial no que se refere a ocupações. Não obstante essas

condições adversas, o MTST e a Resistência Urbana obtiveram importantes êxitos nas lutas, com ações diretas em diferentes Unidades da Federação, resultando na construção de uma pauta nacional centrada na crítica ao padrão de desenvolvimento urbano imposto pelo capital imobiliário ao Brasil. Destaca ainda que, mesmo diante do consenso lulista e da paralisia de movimentos populares, o MTST manteve uma posição de enfrentamento e de questionamento das políticas governamentais. Além de realizar inúmeras ocupações, o Movimento, no decorrer desse período, cresceu em termos de base e também em termos de Unidades da Federação nas quais atua.

O autor ressalta a atuação do MTST na disputa *à unha* pelo território urbano e no combate à especulação imobiliária, o que implica combater o consenso lulista, que não faz nem fará o enfrentamento ao capital imobiliário. Articular e levar adiante esse enfrentamento é um grande desafio, pois, majoritariamente, os *subproletários*, ao mesmo tempo em que são os que mais sofrem os impactos das políticas econômica e imobiliária e são os grandes atores na luta dos sem-teto, são também o setor social que propicia a maior sustentação eleitoral a esse consenso. Boulos faz a defesa da construção de forças para enfrentamento ao atual consenso capitalista a partir das brechas e das contradições, buscando transformar a potencial frustração popular em organização para esse enfrentamento, dado o risco, sempre iminente, de implementação de medidas de cooptação dos trabalhadores para políticas de perfis ainda mais conservadores. Movimentos sociais podem ter um papel inesperado nas batalhas que virão. Para quem não mais acreditava no inesperado e no papel do inesperado na história, o autor diz que as manifestações populares de junho de 2013 propiciaram uma ótima oportunidade para revisão de conceitos.

Considerando-se que no sistema do capital todos os aspectos e instâncias da vida são tornados mercadoria, a questão da moradia não é exceção, nem mesmo um problema conjuntural, mas, sim, um problema estrutural. Portanto, medidas paliativas ou repressivas não resolverão esse problema, cuja solução passa por um enfrentamento decidido ao capital imobiliário especialmente. Moradia e equipamentos públicos estão entre as questões mais elementares que historicamente afetam, de maneira direta ou indireta, o cotidiano de amplos setores das classes trabalhadoras. O autor aponta relações entre crise econômica, especulação imobiliária, preço dos imóveis – inclusive para aluguel –, trânsito, transportes, alimentação, trabalho/(des)emprego, entre outros quesitos. Ou seja, os principais problemas que afetam os trabalhadores são interligados, com impactos mútuos entre si, o que repercute nas condições de vida dos trabalhadores. Movimentos sociais apresentam significativo potencial para fins de aglutinação de trabalhadores, pois abrangem setores que sindicatos e outras organizações já não contemplam.

Verifica-se, assim, o caráter autoeducativo dos movimentos sociais para a auto-organização dos trabalhadores para conquistas imediatas e mediatas e também para o processo de constituição de novas relações sociais, em especial quando das ocupações,

pois rompem com iniciativas individuais, auto-organizando trabalhadores em coletivos, potencializando suas forças, fazendo com que saiam da situação de isolamento. Por isso a importância dos movimentos na produção dos próprios materiais de divulgação, informação e formação política, bem como na mobilização de trabalhadores para enfrentamento dos problemas sociais que os afligem. Agindo individualmente os trabalhadores fazem exatamente o jogo das classes dominantes, pois sozinhos são facilmente desmobilizados, cooptados ou reprimidos, sendo, assim, remotas as chances de avanços ou de conquistas.

O livro contribui para o entendimento do problema da moradia, a partir de um ponto de vista que não o das classes dominantes, mas, sim, dos sem-teto, demonstrando a falácia da tese do espaço e desenho urbanos, – por conseguinte, dos equipamentos públicos, das obras ou intervenções do urbanismo, da arquitetura, da engenharia, entre outras áreas – enquanto neutros, portanto, passíveis de serem tratados de forma apolítica, como se estivessem alheios ou acima dos interesses e dos conflitos entre classes sociais e suas frações, como se fossem questões inerentemente técnicas, logo, totalmente desvinculadas de aspectos políticos ou ideológicos. Contribui, ainda, para a percepção de relações entre a questão urbana e outras que impactam direta e cotidianamente as condições de vida dos trabalhadores, especialmente daqueles que moram em regiões periféricas e mais pobres dos municípios.

O livro é colocado à disposição num momento histórico oportuno, qual seja, o dos preparativos finais para a realização da Copa do Mundo no Brasil, quando, não sem reações incisivas de setores das classes trabalhadoras, diversas medidas estão sendo adotadas pelo Estado para deixar não só o meio, mas todo o campo livre para o jogo do capital, especialmente do capital imobiliário, fato que, contraditoriamente, resultou em mais um movimento, o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa.³

Submetido em: 07-06-2014

Aprovado em: 27-06-2014

